

Complexidade no *disclosure* financeiro: o papel das características das empresas contratantes*

Pablo Zambra¹

 <https://orcid.org/0000-0003-2827-1809>

E-mail: pzambra@ufu.br

Rodrigo Fernandes Malaquias²

 <https://orcid.org/0000-0002-7126-1051>

E-mail: rodrigofmalaquias@ufu.br

Ilirio José Rech³

 <https://orcid.org/0000-0001-7027-737X>

E-mail: ilirio@usp.br

Anisio Candido Pereira⁴

 <https://orcid.org/0000-0002-8978-2293>

E-mail: profanisio@outlook.com

¹ Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis, Uberlândia, MG, Brasil

² Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Gestão e Negócios, Departamento de Finanças, Uberlândia, MG, Brasil

³ Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Contábeis, Goiânia, GO, Brasil

⁴ Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, Departamento de Ciências Contábeis, São Paulo, SP, Brasil

Recebido em 29.03.2018 – Desk aceite em 14.05.2018 – 2ª versão aprovada em 03.12.2018 – Ahead of print em 25.04.2019

Editor Associado: Eliseu Martins

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa consiste em analisar a relação entre características das empresas contratantes e a percepção de complexidade na elaboração/divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos por parte dos auditores/contadores que prestam serviços a elas. Procuramos analisar se características das firmas que têm melhor nível de evidenciação também poderiam estar associadas com a percepção sobre complexidade de informações sobre análise de sensibilidade e gestão de risco por parte dos profissionais que prestam serviços a elas. Informações sobre gestão de riscos representam um tema de considerável debate na área de contabilidade e finanças, mas sua abordagem, do ponto de vista dos profissionais, ainda merece maior atenção. Os resultados do estudo podem motivar o aperfeiçoamento de normas sobre divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos com instrumentos financeiros. A amostra do estudo foi composta por contadores e auditores que atuam em dois países da América do Sul (Brasil e Chile). A percepção sobre complexidade foi avaliada por meio de um questionário estruturado, aplicado de maneira eletrônica. Quanto às variáveis explicativas, foram consideradas as seguintes características das empresas contratantes: tipo de auditoria; tamanho da empresa; setor; empresa listada; transparência; empresas exportadoras. O principal avanço proporcionado pela pesquisa reside no fato de se evidenciar que as características das empresas normalmente associadas com melhores níveis de evidenciação não necessariamente são refletidas em menores níveis de percepção de complexidade na elaboração/divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos por parte dos contadores/auditores.

Palavras-chave: IFRS, informação contábil, mercados emergentes, gestão de riscos, análise de sensibilidade.

Endereço para correspondência

Pablo Zambra

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Ciências Contábeis
Avenida João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1F – Campus Santa Mônica
CEP 38400-902 Uberlândia – MG – Brasil

* Pablo Zambra agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pela bolsa de pesquisa para cursar o Mestrado em Ciências Contábeis no PPGCC/UFU.

1. INTRODUÇÃO

O mercado financeiro é afetado por diferentes variáveis, dentre as quais podemos citar crises financeiras (Longstaff, 2010; Yeager, 2011), políticas internacionais (Arezki, Dumitrescu & Frey, 2014), mudanças nas políticas monetárias, variações nos preços de *commodities* (Comisión Chilena del Cobre – Cochilco, 2016) e até mesmo ações de terrorismo (Choudhry, 2005; Drakos, 2004). Os reflexos podem até se estender a outras economias, dando origem ao efeito contágio (Prorokowski, 2013). Os resultados das empresas, especialmente daquelas que têm receitas ou dívidas em moeda estrangeira, passam a estar sensíveis a fatores que vão além de suas atividades operacionais. Nesse contexto, os instrumentos financeiros derivativos destacam-se como opções para minimizar os efeitos de alterações em variáveis externas no resultado líquido obtido pelas companhias; ocorre que tais instrumentos também são conhecidos pela sua complexidade (Birt, Rankin & Song, 2013; Khumawala, Ranasinghe & Yan, 2016; Prorokowski, 2013).

Para contabilização dos instrumentos financeiros, existem normas, que, entretanto, também vêm sendo apontadas como complexas, tanto aquelas emanadas do *Financial Accounting Standards Board* (FASB) (Huang & Gao, 2014; Kawaller, 2004; Zhang, 2009) quanto do *International Accounting Standard Board* (IASB) (Camfferman, 2015; Guay, Samuels & Taylor, 2016; Tessema, 2016). A complexidade com instrumentos financeiros estende-se ainda a: contratos com terminologia complexa e ambígua (Chang, Donohoe & Sougiannis, 2016; Huang & Gao 2014); alterações constantes da gestão de risco (Bratten, Jennings & Schwab, 2016; Dorminey & Apostolou, 2012; Taylor, Tower, Van Der Zahn & Neilson, 2008); escolha contábil por meio do *hedge accounting* (Lievenbrück & Schmid, 2014); estimativas para o valor justo dos instrumentos financeiros (Bratten et al., 2016; Dorminey & Apostolou, 2012); e mesmo na recente *International Financial Reporting Standards 9* (IFRS 9) (International Accounting Standard Board – IASB, 2016a), principalmente no que se refere aos modelos de perdas estimadas e modelos de perdas incorridas (Camfferman, 2015; Novotny-Farkas, 2016).

Mesmo com normas e orientações sobre a evidenciação de instrumentos financeiros, a literatura tem apontado características das empresas que podem afetar seu nível de *disclosure* específico sobre o assunto. Por exemplo, empresas maiores, auditadas pelas grandes empresas de auditoria e que têm ações em bolsas estrangeiras tendem a apresentar melhores níveis de evidenciação

de instrumentos financeiros. Com base nas pesquisas sobre *disclosure* combinadas com os fatores que atribuem complexidade às divulgações relacionadas a esses contratos, houve motivação para a realização desta pesquisa, de forma a responder à seguinte questão: quais características das empresas contratantes estão relacionadas com a percepção de complexidade na elaboração/divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos por parte dos auditores/contadores que prestam serviços a elas? Tendo em vista a questão de pesquisa apresentada, o principal objetivo deste estudo consiste em analisar a relação entre características das empresas contratantes e a percepção de complexidade na elaboração/divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos por parte dos auditores/contadores que prestam serviços a elas. Os resultados deste estudo podem contribuir: (i) para o ensino de instrumentos financeiros em sala de aula (nos cursos de graduação e pós-graduação); (ii) para que os órgãos reguladores possam conhecer como contadores e auditores de duas economias emergentes percebem a complexidade da contabilização de operações com derivativos; e (iii) para que potenciais cursos de extensão universitária possam ser futuramente planejados em ambos os países.

Por abordar a percepção sobre a complexidade, esta pesquisa foi operacionalizada por meio da aplicação de questionários a contadores e auditores de dois países da América do Sul, Brasil e Chile, países esses que têm, relativamente, experiência equivalente na interação com as normas internacionais de contabilidade. Ademais, o fato de os dois países terem empresas com forte atuação no setor de extração também auxilia na justificativa para a escolha de ambos (Cochilco 2016). Especificamente no Brasil, nota-se a existência de variações nos níveis de *disclosure* entre as empresas (Lopes & Alencar, 2010), baixo nível de *compliance* no que se refere às IFRS (Santos, Ponte & Mapurunga, 2014) e ao *disclosure* de instrumentos financeiros derivativos (Mapurunga, Ponte, Coelho & Meneses, 2011), elevada concentração acionária e a ainda frágil governança corporativa (Consoni, Colauto & Lima, 2017). O adequado nível de informação sobre o risco do negócio contribuiria “para o processo de avaliação da firma, facilitando a acurácia de estimativas, reduzindo custo de capital, atraindo, assim, novos investidores e incrementando a liquidez de mercado de seus títulos” (Santos & Coelho, 2018, p. 391).

Embora os dois países considerados no estudo sejam da América do Sul, a experiência de cada um com

a indústria de extração de minerais (que faz elevado uso de instrumentos financeiros derivativos), questões relacionadas com diferentes idiomas e processos de tradução das normas internacionais, cultura particular de cada país (Carneiro, Rodrigues e Craig, 2017; Zeff, 2007), são fatores que podem afetar o nível de complexidade percebido sobre operações com instrumentos financeiros.

A análise sobre a percepção do nível de complexidade é ainda amparada, neste estudo, pela consideração de diferentes teorias já exploradas no contexto contábil. Primeiramente, o processo contábil relacionado vem experimentando diferentes mudanças em resposta aos diferentes comentários dos usuários da informação financeira, bem como por pressões isomórficas (DiMaggio & Powell, 1983; Marín-Idárraga, 2013; Maroun & Zijil, 2016; Nurunnabi, 2015). Nesse contexto, a teoria institucional (isomorfismo) pode ser utilizada para auxiliar no entendimento de potenciais diferenças na percepção dos contadores acerca da complexidade de divulgação relacionada com riscos provenientes de derivativos.

A complexidade na divulgação de informações também é objeto de análise sob a perspectiva da teoria da divulgação. Nessa perspectiva, pode-se dividir as discussões em duas correntes: (i) a que considera a

divulgação prolongada e tecnicamente complexa como benéfica (Guay et al., 2016; Li, 2008; Verrecchia, 2001); e (ii) a que considera as divulgações prolongadas e complexas como características que podem dificultar o entendimento e opacar informações importantes (Dyer, Lang & Stice-Lawrence, 2016; Melloni, Caglio & Perego, 2017; Navarro-García & Bastida, 2010).

Considerando os custos de agência e a assimetria de informações entre gestores e investidores (Christensen & Feltham, 2005; Fields, 2001; Jensen & Meckling, 1976; Lopes & Martins, 2005; Scott, 2009; Sunder, 2014; Watts, 1992), os efeitos relacionados à divulgação de informações complexas podem gerar desdobramentos importantes no meio corporativo. As informações sobre risco podem reduzir a assimetria informacional entre gestores e investidores, proporcionando a alocação de capital mais eficiente (Santos & Coelho, 2018). Por exemplo, com transações financeiras realizadas com base em contratos cujo tratamento contábil é considerado complexo, a contratação de equipe especializada para o processo de certificação das demonstrações contábeis pode mostrar-se mais cara. Com isso, pode haver aumento, mesmo que indireto, nos custos de agência relacionados aos contratos entre o principal e o agente.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Percepção da Complexidade e Atuação nas Big Four (KPMG, E&Y, Deloitte ou PWC) (Tipo de Auditor)

Com fundamento nas características das principais empresas de auditoria mundiais, autores evidenciam que as empresas de auditoria denominadas Big Four têm maior probabilidade de exigir altos níveis de divulgações das empresas que contratam seus serviços, bem como a aplicação de normas contábeis consideradas complexas, com a finalidade de manter sua reputação e evitar custos que poderiam gerar as perdas dessa imagem (Alali & Romero, 2012; Appiah, Awunyo-Vitor, Mireku & Ahiagbah, 2016; Birt et al., 2013; Hassan, Saleh & Rahman, 2008; Lopes & Rodrigues, 2007); sua reputação pode ser interpretada como marca, bem como pela especialização em indústrias específicas (Chalmers & Godfrey, 2004).

Por sua vez, Lopes e Rodrigues (2007) e Zango, Kamrdin e Ishak (2015) consideram que empresas de auditoria de alta qualidade têm maior conhecimento das normativas IFRS, o que pode reduzir os custos de implementação e auditoria em comparação com empresas de auditoria menores. Assim, o maior conhecimento é atribuível às experiências dessas empresas e seus

mecanismos para a divulgação do conhecimento dentro das mesmas (Chalmers & Godfrey, 2004). O efeito que pode ser mencionado com relação às grandes companhias de auditoria é o aumento da probabilidade de melhorias nos controles internos das empresas e detecção de irregularidades normativas nas empresas que contratam seus serviços (Hodgdon, Tondkar, Adhikari & Harless, 2009). Pode haver também melhorias na transparência da informação divulgada (Alali & Romero, 2012).

Reunindo os argumentos mencionados, pode-se interpretar que profissionais com experiência de trabalho em uma Big Four apresentam maior conhecimento normativo mediante diferentes ferramentas proporcionadas pelas mesmas companhias, com finalidade de manutenção de níveis de reputação; aliás, as exigências que devem exercer sobre seus clientes podem ser interpretadas como necessidade de construção do conhecimento normativo. Com fundamento na revisão realizada, a primeira variável incluída no modelo quantitativo é Big Four (Big4) e a hipótese do estudo é:

H₁: a atuação em empresas denominadas Big Four altera a percepção de complexidade sobre a divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos.

2.2 Percepção da Complexidade e Efeito do Tamanho das Empresas

Diversos são os fatores que podem justificar a influência do tamanho da empresa na redução da assimetria de informação mediante o detalhamento da informação. Pode-se mencionar, como primeiro argumento, a utilização de sistemas de informação superiores às empresas de menor tamanho; conseqüentemente, as divulgações adicionais podem ser feitas com menor custo (Cooke, 1989; Lopes & Rodrigues, 2007; Hassan et al., 2008; Malaquias & Lemes, 2013; Mohammadi & Mardini, 2016; Tahat, Dunne, Fifield & Power, 2016). As características operacionais da empresa, como multiprodutos, operações em diferentes espaços geográficos (incluindo o mercado estrangeiro), aumentando a complexidade da consolidação da informação e, por sua vez, aumentando a necessidade de fortalecimento dos sistemas de informação e qualificação dos profissionais a elas vinculados (Cooke, 1989), podem também afetar seu preparo para interagir com o nível de complexidade.

Empresas maiores podem buscar aumentar a negociabilidade de suas ações mediante maior detalhamento da informação em seus relatórios, não sinalizando maior preocupação em gerar desvantagem competitiva, como seria o caso de empresas de menor tamanho (Mohammadi & Mardini, 2016). Por sua vez, Cooke (1989), Lopes e Rodrigues (2007), Hassan et al. (2008) e Alali e Romero (2012) argumentam que as empresas de maior tamanho são afetadas por custos políticos, os quais podem ser interpretados como influências sobre candidatos eleitos com finalidades de nacionalizações, expropriações ou efeitos sobre indústrias específicas. O desdobramento pode se dar na demanda por divulgações que acrescentem responsabilidade social corporativa e transparência da empresa.

Tem-se, ainda, autores que sugerem uma relação positiva nas empresas de maior tamanho, com maior probabilidade de adotarem práticas de *hedge* e a respectiva utilização de instrumentos financeiros derivativos (Birt et al., 2013; Haushalter, 2000; Heaney & Winata, 2005; Khumawala et al., 2016). Pode-se interpretar como possível cenário o acesso aos mercados internacionais, mesmo nas suas operações, elevando suas exposições a riscos inerentes nessas operações (Birt et al., 2013; Heaney & Winata, 2005).

Tendo por base a relação do tamanho das empresas e a utilização dos instrumentos financeiros derivativos, os contadores com atuação nessas empresas serão os responsáveis pelo registro e divulgação nos demonstrativos financeiros. Por sua vez, os auditores externos serão os responsáveis pela certificação de tais relatórios, o que leva à segunda variável incluída no modelo quantitativo, o tamanho da empresa (Tam):

H₂: o tamanho da empresa na qual os respondentes têm atuação altera a percepção de complexidade sobre a divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos.

2.3 Percepção da Complexidade e Setores Industriais Específicos

Seguindo a linha dos argumentos anteriores, autores incluem como variável a indústria sob a hipótese de que elementos específicos dos relatórios financeiros podem ser explicados por empresas abrangidas por indústrias específicas (Tahat et al., 2016). Assim, a maior regulação em algumas indústrias pode exercer pressões adicionais em comparação às demais empresas, aumentando o nível de detalhamento da informação (Lopes & Rodrigues, 2007; Malaquias & Lemes, 2013). Além disso, Lopes e Rodrigues (2007) sinalizam que empresas de um mesmo setor industrial podem se interessar em manter nível de divulgação semelhante para evitar apreciação negativa do mercado.

Características próprias das indústrias, como o caso do setor bancário, geram maior nível de divulgações associadas a maior quantidade de recursos disponível, que permitem, por sua vez, a contratação de maiores padrões de qualidade na auditoria (Tahat et al., 2016). Ainda dentro da indústria financeira, com a finalidade de captar recursos, as empresas financeiras têm melhorado divulgações sobre riscos (Mohammadi & Mardini, 2016). É oportuno, também, comentar que indústrias consideradas altamente competitivas talvez levem em conta as divulgações requeridas pelo FASB como forma de proteção da informação contra a competitividade (Tessem, 2016).

Ainda considerando o contexto de como os setores podem gerar algum efeito no *disclosure*, a indústria da extração de minerais apresenta relação positiva com o uso de instrumentos financeiros derivativos para mitigar potenciais riscos pela natureza de suas operações (Birt et al., 2013; Hassan, Percy & Stewart, 2006a; Taylor et al., 2008; Taylor, Tower & Neilson, 2010). Como riscos inerentes, podem-se mencionar as variações de preço dos *commodities*, valores das moedas e taxas de juros (Birt et al., 2013; Chalmers & Godfrey, 2004).

Hassan, Percy e Stewart (2006b) argumentam que a menor divulgação dos derivativos na indústria de exploração na Austrália pode ter sido causada por características próprias da regulação nacional. De forma contrária, Alali e Romero (2012) apontam que a indústria da mineração divulga, de forma voluntária, informação relacionada à responsabilidade social corporativa com objetivo de melhorar sua imagem pública e impactos ao meio ambiente.

O setor de extração mineral é altamente representativo nos países analisados nesta pesquisa (Cochilco 2016; Malaquias & Zambra, 2017). Os argumentos relativos à busca pela redução da assimetria de informação e também à utilização dos instrumentos financeiros derivativos nesse setor levam ao entendimento de que os profissionais que têm experiência nele estejam mais familiarizados aos instrumentos financeiros denominados complexos. Esse raciocínio fundamenta a terceira variável incluída no modelo quantitativo, Setor (Setor), e a hipótese do estudo é:

H₃: os respondentes com atuação em empresas de extração de *commodities* percebem a divulgação da análise de sensibilidade e gestão de riscos como menos complexa.

2.4 Percepção da Complexidade e Empresas Listadas em Bolsas Estrangeiras

Segundo Lopes e Rodrigues (2007), as empresas listadas em bolsas de valores estrangeiras têm custos de agência maiores, devido a possibilidades de conciliações entre normas geralmente aceitas no país e normas internacionais. Por sua vez, os mesmos autores sinalizam que a melhoria nas demonstrações contábeis seria bom sinal para o mercado, afetando também a obtenção de capital. De forma complementar, Malaquias e Lemes (2013) mencionam efeito de aprendizagem obtido das empresas com maior tempo em divulgar seus relatórios financeiros na *New York Stock Exchange* (NYSE), e não somente no Brasil, devido a maiores níveis de requerimentos da informação de parte dos reguladores daquele mercado.

Ambientes em diferentes bolsas de valores, como o caso dos Estados Unidos da América, têm diferentes regulamentações que podem ser mais exigentes que as normas locais (Gillan & Panasian, 2014; Hodgdon et al., 2009), o que pode aumentar a complexidade das divulgações financeiras e com elas os honorários dos auditores (Gillan & Panasian, 2014). Assim, as empresas listadas em bolsas estrangeiras apresentam tendência a maior cumprimento das normativas contábeis (Appiah et al., 2016) que pode se estender a maiores níveis de identificação, avaliação e divulgação da gestão de risco (Taylor et al., 2010).

Nesse contexto, pode-se interpretar que os profissionais sob a situação mencionada têm maior proximidade aos conceitos avaliados na pesquisa, devido a possíveis regulações adicionais dos países para os quais divulgam seus relatórios. Essa maior aproximação pode ocasionar demanda por treinamento e capacitações. Dessa forma, a quarta variável incluída no modelo quantitativo refere-se a empresas listadas em bolsas estrangeiras (Listada) e a hipótese do estudo é:

H₄: os respondentes com atuação em empresas listadas em bolsas estrangeiras percebem a divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos como menos complexa.

2.5 Percepção da Complexidade e Práticas de Governança Corporativa

As boas práticas de governança corporativa nas empresas que, em algumas ocasiões, são adotadas de forma voluntária, podem proporcionar oportunidades de diferenciação e geração de vantagem competitiva, incluindo também o melhoramento nas práticas de divulgação para o levantamento de capital externo (Lopes & Alencar, 2010). A transparência representa um dos componentes das boas práticas de governança corporativa que pode contribuir para mitigar a assimetria da informação, representando, assim, um dos pilares de governança corporativa (Malaquias & Lemes, 2013).

No cenário atual, as empresas têm sido incentivadas a melhorar a transparência como prática da governança corporativa devido às pressões das transações comerciais e ao rápido desenvolvimento dos mercados internacionais, incluindo-se, também, a influência das IFRS (Adznan & Nelson, 2014; Taylor et al., 2010; Tessema, 2016). Segundo Lawrence (2013) e Huang e Gao (2014), alguns profissionais percebem que o melhoramento da transparência dos relatórios financeiros contribui para as tomadas de decisões devido ao melhor detalhamento de informação.

Sob a ótica dos comitês de riscos nas empresas, autores apontam, como um dos argumentos característicos da governança corporativa, um fator importante para garantir a independência da administração na gestão dos riscos e, conseqüentemente, na divulgação (Hassan et al., 2008). Dessa forma, as empresas com comitê de risco integrado com as práticas de governança corporativa podem evidenciar informações mais completas e detalhadas sobre a gestão de riscos (Mohammadi & Mardini, 2016), ainda mais importantes quando as empresas têm usado instrumentos financeiros complexos (Birt et al., 2013).

Considerando os argumentos mencionados, pode-se interpretar que os profissionais sob a situação mencionada têm maior proximidade aos conceitos avaliados na pesquisa, devido às características das empresas nas quais prestam serviços e cuja preocupação é a geração de relatórios financeiros de qualidade. A quinta variável incluída no modelo quantitativo, então, refere-se à atuação em empresas com características de governança corporativa, e a hipótese do estudo é:

H₅: os respondentes com atuação em empresas com elevadas práticas de governança corporativa percebem a divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos como menos complexa.

2.6 Percepção da Complexidades e Controle Estrangeiro

As discussões da estrutura de controle nas empresas são variadas; no entanto, pode-se mencionar argumentos disponíveis em Lopes e Rodrigues (2007), usando as teorias da agência e contingência para ressaltar a importância de diretores independentes para monitorar e controlar as ações dos gerentes das empresas. Expõe-se, assim, o problema de falta de cumprimento dessa premissa quando o controle está influenciado por empresas familiares, o que pode ocasionar menores níveis de divulgação, devido à caracterização da assimetria da informação.

Argumentos próximos à publicação dos relatórios em bolsas de valores internacionais fornecem também fundamento teórico para essa variável. Ambientes altamente regulados, de empresas controladoras, podem influenciar o nível de *disclosure*, devido a maiores regulações e possíveis necessidades de conciliação das regulamentações locais

(Appiah et al. 2016; Gillan & Panasian, 2014; Hodgdon et al., 2009). A presença de controle estrangeiro nas empresas pode ser, então, um determinante da qualidade de suas informações, e pode também afetar a percepção sobre o nível de complexidade de se divulgar informações mais detalhadas sobre operações para proteção dos riscos com instrumentos financeiros por profissionais que interagem com essas empresas.

Tendo por base as possíveis complexidades na apresentação de informação das empresas com controle estrangeiro, pode-se fazer alusão à aproximação dos profissionais que atuam nessas empresas aos instrumentos financeiros denominados complexos. O controle estrangeiro passa, então, a fazer parte do modelo analítico na forma da sexta hipótese de pesquisa:

H₆: os respondentes que têm experiência em empresas com controle estrangeiro percebem a divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos como menos complexa.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Tendo por base o objetivo do estudo, construiu-se um questionário baseado nas normas IFRS que regulam os instrumentos financeiros (IASB, 2016a, 2016b, 2016c). A construção do questionário também levou em conta o referencial teórico desta pesquisa, o qual aponta tanto a complexidade em operações com instrumentos financeiros quanto a complexidade nas normas que abordam o tema (Birt et al., 2013; Camfferman, 2015; Guay et al., 2016; Khumawala et al., 2016; Prorokowski, 2013; Tessema, 2016).

Vale ressaltar que o protocolo de pesquisa foi submetido ao comitê de ética em pesquisas com seres humanos da universidade na qual os autores estão vinculados, e a coleta de dados foi iniciada somente após o parecer final sobre o protocolo de pesquisa ter sido aprovado. Após a aprovação, o questionário foi depositado em uma plataforma eletrônica (Google Docs), tanto a versão em português (para respondentes do Brasil) como a em espanhol (para respondentes do Chile), com intuito de facilitar o acesso dos respondentes. Antes da efetiva aplicação do questionário, realizou-se o pré-teste com profissionais de áreas afins e estudantes de ciências contábeis; em ambos os casos, os participantes do pré-teste não passaram a formar parte da amostra da pesquisa. O referido pré-teste foi aplicado para os dois idiomas, representando a etapa para validação da qualidade/clareza das perguntas.

Com relação à amostragem, essa foi feita por conveniência (Anderson, Sweeney & Williams, 2002; Bryman, 2012). Os questionários foram encaminhados a contadores/auditores do Brasil e do Chile, com base no banco de dados de acesso aos pesquisadores no momento da realização da pesquisa.

Adicionalmente, no caso do Brasil, os questionários também foram enviados aos auditores registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme lista publicamente disponível (440 correios eletrônicos diferentes). Foram feitas tentativas adicionais de obtenção de novos contatos no Brasil e no Chile, junto a órgãos representativos, mas não foi possível a obtenção dos dados.

Os convites foram enviados de forma eletrônica (*e-mail*) aos contadores/auditores, anexando o *link* do questionário. Com esse procedimento, previamente ao acesso das questões, disponibilizou-se, na mesma plataforma, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para expor características da pesquisa e informar que a participação na pesquisa era totalmente voluntária e que não haveria qualquer identificação dos respondentes (garantindo que as respostas eram anônimas). Quanto às datas de aplicação, tem-se o seguinte panorama:

- Primeiro envio (no período de 12 a 21 de dezembro de 2016);
- Primeiro reforço do convite (no período de 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 2017);
- Segundo reforço do convite (18 de maio de 2017).

Cabe destacar que foram enviados 233 convites para o Chile, 197 para o Brasil, além de 440 *e-mails* relativos à base de dados públicos da CVM. Foram obtidas 121 respostas, das quais 62 são do Brasil e 59 do Chile. Essas respostas, contudo, ainda têm alguns *missing values* para algumas variáveis. Esses valores (*missing values*) foram

desconsiderados na análise de regressão multivariada, uma vez que, para sua realização, todas as variáveis incluídas no modelo devem apresentar a mesma quantidade de observações. O total de questionários com todos os dados completos disponíveis para realização deste estudo consiste em 104 (portanto, esse é o número de observações utilizado na análise de regressão multivariada). Já para a análise descritiva, as variáveis são analisadas com o respectivo número de observações que apresenta.

No Apêndice A estão disponíveis as *proxies* para mensurar a percepção sobre a complexidade dos respondentes. Com a finalidade de realizar a análise da confiabilidade dos dados, aplicou-se o teste alfa de Cronbach para verificar a confiabilidade e a consistência interna do questionário, no qual se espera um índice próximo de 0,7. Os resultados dessa avaliação encontram-se detalhados na Tabela 1, evidenciando que todas as variáveis com mais de duas questões apresentaram bons indicadores para confiabilidade e consistência interna, uma vez que todos apresentaram-se acima de 0,78.

$$\text{Complex}_i = \beta_0 + \beta_1 * \text{Big4}_i + \beta_2 * \text{Tam}_i + \beta_3 * \text{Setor}_i + \beta_4 * \text{Listada}_i + \beta_5 * \text{Qualid/Tranp/GC}_i + \beta_6 * \text{Estrang/Export}_i + \beta_7 * \text{País}_i + \varepsilon_i$$

em que Complex_i é a variável dependente, representando a percepção do respondente i sobre o nível de complexidade de cada um dos conceitos avaliados neste estudo (derivativos; análise de sensibilidade; gestão de risco; IFRS 9); Big4_i é a variável *dummy* que recebe 1 quando o respondente i informou que está ou já esteve vinculado a uma empresa de auditoria Big Four, recebendo 0 para os demais casos; Tam_i é a *proxy* para representar o tamanho das empresas às quais o respondente i está (ou já esteve) vinculado, sendo 1 para micro, 2 para pequenas, 3 para médias e 4 para grandes empresas. Neste estudo, entende-se por vínculo também quando o respondente já prestou serviços de auditoria a esses tipos de empresas. Especificamente, o texto do questionário, no que se refere ao tamanho das empresas, é apresentado a seguir (em ambas as versões):

Por favor, assinale as opções de empresas com as quais você já trabalhou ou já prestou serviços relacionados à Contabilidade/Auditoria: Microempresas (até 9 funcionários no Comércio /// até 19 funcionários na Indústria); Pequenas Empresas (de 10 a 49 funcionários no Comércio /// 20 a 99 funcionários na Indústria); Empresas de Médio Porte (de 50 a 99 funcionários no Comércio /// 100 a 499 funcionários na Indústria); Empresas de Grande Porte (acima de 100 funcionários no Comércio /// acima de 500 funcionários na Indústria);

Setor_i é variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados (ou que têm experiência) a empresas dos setores de finanças, minas, agronegócio, bancos, petróleo, papel

Tabela 1

Análise da consistência interna das proxies para complexidade

Proxy para complexidade	n	Alfa de Cronbach
Derivativos	1	
Análise de sensibilidade	5	0,949
Gestão risco	3	0,889
IFRS-09	3	0,789

Fonte: Elaborada pelos autores.

No que se refere às análises quantitativas, empregaram-se duas ferramentas: análise de regressão multivariada e teste bivariado (de qui-quadrado) para análise de uma potencial associação entre pares de variáveis. A Equação 1 expõe o modelo utilizado na análise de regressão multivariada. Nessa, destaca-se que todas as variáveis independentes foram obtidas também por meio de questões que abordavam o conteúdo, diretamente disponíveis no questionário de pesquisa. Os coeficientes da Equação 1 foram estimados por meio do *software* Stata.

1

e celulose, ou siderurgia e metalurgia e 0 para os demais casos. Neste estudo, entende-se por vínculo também quando o respondente já prestou serviços de auditoria a esses tipos de empresas. Tais setores foram selecionados tanto por questões regulatórias (que podem afetar o nível de *disclosure*) quanto por alguns deles referirem-se a setores que demandariam o uso de derivativos, em linha com o que foi apresentado no referencial teórico deste estudo; Listada_i é a variável *dummy* que recebe 1 quando o respondente i tem (ou já teve) vínculo com empresas listadas e 0 para os demais casos. Neste estudo, entende-se por vínculo também quando o respondente já prestou serviços de auditoria a esses tipos de empresas; Qualid/Tranp/GC_i é a variável *dummy* que recebe 1 quando o respondente i tem (ou já teve) vínculo com empresas com elevada qualidade de relatórios contábeis, elevada preocupação com transparência das demonstrações ou com elevada preocupação quanto aos níveis diferenciados de governança corporativa e 0 nos demais casos. Neste estudo, entende-se por vínculo também quando o respondente já prestou serviços de auditoria a esses tipos de empresas; Estrang/Export_i é a variável *dummy* que recebe 1 quando o respondente i tem (ou já teve) vínculo com empresas exportadoras ou empresas com controle estrangeiro e 0 para os demais casos. Neste estudo, entende-se por vínculo também quando o respondente já prestou serviços de auditoria a esses tipos de empresas; País_i é variável *dummy* que recebe 1 para respondentes

do Chile e 0 para respondentes do Brasil; $\beta_0, \beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5, \beta_6$ e β_7 são parâmetros do modelo de regressão; e ε_i é o termo de erro do modelo.

Os limites da pesquisa estão principalmente relacionados com a amostra por conveniência.

Destaca-se, assim, a limitação na obtenção de amostras estatisticamente representativas da população de contadores para ambos os países, além da quantidade de respostas que podem dificultar a generalização dos resultados.

4. RESULTADOS

Conforme consta da Tabela 2, 121 respondentes fizeram parte do banco de dados da pesquisa, dos quais 62 são do Brasil e 59 do Chile. A respeito das características das empresas às quais os respondentes estão vinculados, bem como à sua respectiva atuação, a maioria dos respondentes não atua diretamente em

uma empresa Big Four. A Tabela 2 também indica que a maior quantidade de observações é proveniente de respondentes que atuam ou já atuaram em empresas de médio ou grande porte e que a maioria dos respondentes não tem atuação em empresas com controle estrangeiro ou listadas em bolsas de valores.

Tabela 2

Estatística descritiva para as variáveis da pesquisa

Variáveis	n	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
País	121	0,488	0,502	0,000	1,000
Big4	121	0,397	0,491	0,000	1,000
Tam	108	3,407	0,977	0,000	4,000
Setor	106	0,642	0,482	0,000	1,000
Qualid/Tranp/GC	121	0,430	0,497	0,000	1,000
Listada	121	0,314	0,466	0,000	1,000
Estrang/Export	121	0,430	0,497	0,000	1,000
Derivativos	121	3,686	0,904	1,000	5,000
Análise de Sensib,	117	3,794	0,838	1,000	5,000
Gestão de Riscos	117	3,439	0,829	1,000	5,000
IFRS-09	117	3,609	0,806	1,670	5,000

Nota: As variáveis *Derivativos*, *Análise de Sensib.*, *Gestão de Riscos* e *IFRS 9* representam as proxies para complexidade, conforme descrito na metodologia do estudo.

Big4 = variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a uma empresa de auditoria Big Four e 0 para os demais casos; *Estrang/Export* = variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas exportadoras ou empresas com controle estrangeiro e 0 para os demais casos; *Listada* = variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas listadas e 0 para os demais casos; *País* = variável dummy que recebe 1 para respondentes do Chile e 0 para respondentes do Brasil; *Qualid/Transp/GC* = variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas com elevada qualidade de relatórios contábeis, elevada preocupação com transparência das demonstrações ou elevada preocupação quanto aos níveis diferenciados de governança corporativa e 0 nos demais casos; *Setor* = variável dummy que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas dos setores de finanças, minas, agronegócio, bancos, petróleo, papel e celulose, ou siderurgia e metalurgia e 0 para os demais casos; *Tam* = tamanho das empresas às quais os respondentes estão vinculados, sendo 1 para micro, 2 para pequenas, 3 para médias e 4 para grandes empresas.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Antes de se iniciar a análise multivariada de potenciais fatores que podem estar relacionados com a percepção sobre a complexidade na preparação de análise de sensibilidade e divulgação de informações sobre gestão de riscos, realizaram-se análises de associação bivariadas

por meio do teste qui-quadrado. A Tabela 3 contém os resultados e indica (para a análise bivariada) que, com base nos critérios utilizados para estabelecer as variáveis categóricas para aplicação do teste quantitativo, há variáveis relacionadas com a percepção sobre a complexidade.

Tabela 3

Análise bivariada de associação por meio do teste qui-quadrado

Variáveis	Derivativos (<i>dummy</i>)		Análise de sensibilidade (<i>dummy</i>)		Gestão de risco (<i>dummy</i>)		IFRS-09 (<i>dummy</i>)	
	Sin.	Signif.	Sin.	Signif.	Sin.	Signif.	Sin.	Signif.
País		0,837		0,177		0,167		0,780
Big4	+	0,013	**	0,732		0,374		0,601
Tam(dm)		0,282		0,110		0,395		0,70
Setor		0,266		0,816		0,235		0,976
Qualid/Tranp/GC		0,729		0,102		0,853		0,110
Listada		0,459		0,855		0,224		0,836
Estrang/Export		0,729		0,102	+	0,098	*	0,387

Nota: As variáveis Derivativos, Anál. Sensib. Gestão Risco, e IFRS 9 são variáveis *dummy* que recebem valor 1 para respondentes com percepção média superior a 3,5 e valor 0 nos demais casos.

Big4 = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a uma empresa de auditoria Big Four e 0 para os demais casos; Estrang/Export = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas exportadoras ou empresas com controle estrangeiro e 0 para os demais casos; Listada = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas listadas e 0 para os demais casos; País = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes do Chile e 0 para respondentes do Brasil; Qualid/Tranp/GC = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas com elevada qualidade de relatórios contábeis, elevada preocupação com transparência das demonstrações ou com elevada preocupação quanto aos níveis diferenciados de governança corporativa e 0 nos demais casos; Setor = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas dos setores de finanças, minas, agronegócio, bancos, petróleo, papel e celulose, ou siderurgia e metalurgia e 0 para os demais casos; Signif. = nível de significância para o teste estatístico qui-quadrado; Sin. = sinal para a relação observada; Tam(dm) = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas grandes ou médias e 0 para os demais casos.

***, **, * = significativa a 1, 5 e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A Tabela 4 evidencia os resultados da análise multivariada em que o efeito das variáveis independentes é avaliado de forma simultânea sobre cada uma das variáveis dependentes consideradas neste estudo.

Tabela 4

Resultados para os testes das hipóteses

Variáveis	Derivativos		Análise de sensibilidade		Gestão de risco		IFRS-09	
	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.	Coef.	Sig.
País	-0,0432	0,056*	-0,407	0,058*	-0,159	0,454	-0,223	0,288
Big4	0,548	0,034**	0,277	0,255	0,084	0,726	0,211	0,377
Tam	0,049	0,689	0,019	0,871	-0,038	0,742	0,021	0,852
Setor	-0,105	0,631	-0,055	0,792	-0,059	0,775	-0,194	0,343
Qualid/Tranp/GC	-0,079	0,684	-0,008	0,967	-0,052	0,776	0,135	0,457
Listada	0,283	0,212	-0,270	0,208	0,303	0,156	-0,035	0,868
Estrang/Export	-0,256	0,241	0,103	0,617	0,072	0,727	0,032	0,873
Constante	3,612	0,000***	3,906	0,000***	3,523	0,000***	3,615	0,000***

Big4 = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a uma empresa de auditoria Big Four e 0 para os demais casos; Estrang/Export = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas exportadoras ou empresas com controle estrangeiro e 0 para os demais casos; ExpMercado = variável escalar que indica o tempo de experiência de mercado (em anos) dos respondentes; Listada = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas listadas e 0 para os demais casos; País = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes do Chile e 0 para respondentes do Brasil; Qualid/Tranp/GC = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas com elevada qualidade de relatórios contábeis, elevada preocupação com transparência das demonstrações ou com elevada preocupação quanto aos níveis diferenciados de governança corporativa e 0 nos demais casos; Setor = variável *dummy* que recebe 1 para respondentes vinculados a empresas dos setores de finanças, minas, agronegócio, bancos, petróleo, papel e celulose, ou siderurgia e metalurgia e 0 para os demais casos; Tam = tamanho das empresas às quais os respondentes estão vinculados, sendo 1 para micro, 2 para pequenas, 3 para médias e 4 para grandes empresas.

***, **, * = significativa a 1, 5 e 10%, respectivamente.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Com base na Tabela 4, os resultados evidenciam a relação estatisticamente significativa das variáveis País e Big Four com a complexidade para contabilização de instrumentos financeiros. Destaca-se, ainda, que se esperava coeficiente negativo da variável Big Four e a análise empírica indicou relação positiva. A análise da relação específica de cada variável é detalhada nos parágrafos seguintes.

Os resultados da análise quantitativa indicaram que os respondentes do Chile apresentaram percepção de complexidade menor que os respondentes do Brasil; especificamente, verificou-se menor percepção de complexidade para a contabilização dos derivativos, assim como menor complexidade relacionada à confecção das análises de sensibilidade das empresas chilenas em comparação com as brasileiras. Os resultados reforçam possíveis influências culturais expostas por Zeff (2007), sejam fatores como a cultura regulatória do país, a cultura financeira ou de negócios, a cultura contábil e de auditoria. Por sua vez, os resultados podem ser interpretados mediante posicionamento das análises do estudo de Carneiro et al. (2017), que consideram o processo de harmonização contábil na América do Sul, havendo diferença na exigência das normas de forma antecipada no Chile.

Embora a relação esperada para a variável Big Four tenha sido negativa (H_1), os resultados expostos na Tabela 4 indicam relação positiva na percepção de complexidade na contabilização dos derivativos. A hipótese desenvolvida nesta pesquisa foi determinada com a expectativa de que haveria menor percepção de complexidade sobre elaboração de análise de sensibilidade e divulgação de informações sobre gestão de riscos por profissionais com maior treinamento, maior conhecimento normativo e envolvidos em firmas com alta reputação dos serviços exposta por estudos anteriores (Alali & Romero, 2012; Appiah et al., 2016; Birt et al., 2013; Hassan et al., 2008; Lopes & Rodrigues, 2007). No entanto, pode-se entender que maior treinamento e proximidade dos conceitos podem reforçar a percepção de que o conteúdo (sobre instrumentos financeiros) refere-se a um tema complexo (Birt et al., 2013; Khumawala et al., 2016; Prorokowski, 2013). Dessa forma, esses resultados, que se mostraram diferentes do esperado, foram interpretados com base nos mesmos argumentos de que os profissionais que atuam junto a essas empresas (Big Four) podem ter maior aproximação às discussões mais atuais (Lopes & Rodrigues, 2007; Zango et al., 2015) relativas à análise de sensibilidade e divulgações sobre gestão de riscos, percebendo, assim, maior complexidade relacionada a esses temas.

No que se refere à variável Tamanho (H_2), não foram identificadas evidências de relação estatística significativa.

Portanto, não há suporte para a hipótese da influência do tamanho da empresa na qual os respondentes trabalham na percepção de complexidade para elaboração/divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos. É oportuno comentar que os mesmos argumentos utilizados pelos autores, relativos ao menor custo na geração de informação devido à implementação de sistemas de informação superiores, poderiam explicar a menor exposição dos respondentes com a complexidade normativa dos instrumentos financeiros derivativos (Cooke, 1989; Hassan et al., 2008; Lopes & Rodrigues, 2007; Malaquias & Lemes, 2013; Mohammadi & Mardini, 2016; Tahat et al., 2016). Poderia, talvez, até ser especulada a potencial transferência de comportamento entre o efeito positivo do tamanho das empresas no *disclosure* e o efeito significativo dos profissionais que atuam em empresas grandes em considerar a elaboração do *disclosure* menos complexa. Contudo, essa relação não foi detectada, indicando que o tema parece ter percepção de complexidade equivalente entre os profissionais, independentemente do tamanho das empresas nas quais eles atuam.

Embora estudos anteriores apontem fortemente o uso de instrumentos financeiros derivativos nas empresas do setor da mineração (Birt et al., 2013; Hassan et al., 2006a; Taylor et al., 2008, 2010), rejeitou-se a hipótese 3 (H_3), que se refere à influência do setor na percepção de complexidade sobre análise de sensibilidade e gestão de riscos. Cabe mencionar que esta pesquisa tem foco exclusivo em dois países da América do Sul, o que pode gerar alguma influência nos resultados obtidos.

Com base nos argumentos apresentados no referencial teórico, esperava-se uma relação negativa entre a percepção de complexidade mensurada neste estudo e a atuação dos respondentes em empresas cujas características tiveram indícios de exposição a maior regulamentação, como o caso de empresas listadas em bolsas estrangeiras (H_4) ou com controle estrangeiro (H_6) (Appiah et al., 2016; Gillan & Panasian, 2014; Hodgdon et al., 2009; Lopes & Rodrigues, 2007). Essas hipóteses, no entanto, também não foram suportadas. Pode-se interpretar os resultados considerando a possibilidade de existência de elevada segregação das funções nas empresas. Adicionalmente, em empresas listadas em bolsas estrangeiras ou com controle estrangeiro, pode haver uma equipe responsável pela elaboração de análises e divulgações mais detalhadas, e a percepção de um respondente por empresa pode não ser o suficiente para captar variações sobre o assunto. Mesmo assim, os respondentes desta pesquisa são profissionais que já atuam diretamente com contabilidade e/ou auditoria em empresas com essas características; então, de alguma forma, mesmo que indiretamente, poderia haver reflexo dos procedimentos internos de geração e divulgação de

informações em sua percepção sobre a complexidade no assunto.

Ao considerar os argumentos utilizados na variável de governança corporativa (H_3), a relação entre as variáveis (governança corporativa e percepção sobre complexidade) não foi estatisticamente significativa. Fazendo referência aos argumentos do parágrafo anterior, a segregação de funções em empresas em que são incentivadas boas práticas de governança corporativa também pode auxiliar na compreensão dos resultados da pesquisa. As boas práticas de governança corporativa podem estar refletidas no *disclosure* corporativo ou em aspectos de responsabilidade social corporativa, não apresentando, necessariamente, relação significativa com a percepção dos profissionais sobre a complexidade para elaborar e divulgar a análise de sensibilidade e informações sobre a gestão de riscos aos quais a empresa está exposta.

Conceitos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos foram identificados como complexos em ambos os países, além da existência de variações na percepção dos respondentes entre países, sendo consistente, como

exposto por Nurunnabi (2015). Esse autor sugere que algumas pressões isomórficas institucionais podem ser superiores às demais, podendo ser uma explicação nas diferenças identificadas nesta pesquisa, o que reforça a necessidade de planejamento na área acadêmica e dos treinamentos posteriores à obtenção do título profissional em ambos os países.

Fatores como país e atuação em Big Four, principalmente, influenciam a percepção de complexidade dos conceitos relacionados aos instrumentos financeiros derivativos, o que reforça o exposto por Maroun e Zijil (2016), que sinalizam a influência de diferentes características na forma de interpretar e aplicar as normativas, consequentemente influenciando os resultados esperados na implementação de mudanças. Conforme exposto, a pesquisa pode ser de interesse para órgãos reguladores pois, além da identificação dos conceitos percebidos como complexos, incluindo IFRS 9, explora fatores que auxiliam na compreensão de tal percepção de forma a melhorar o entendimento da aceitação de novos requerimentos a serem aplicados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve por objetivo analisar a relação entre características das empresas contratantes e percepção de complexidade na elaboração/divulgação de análise de sensibilidade e gestão de riscos por parte dos auditores/contadores que prestam serviços a elas. Foram selecionados para participar da pesquisa os profissionais que atuam com contabilidade e/ou auditoria no Brasil e no Chile. Para alcance do objetivo proposto, construiu-se e aplicou-se um questionário a uma amostragem por conveniência em ambos os países.

Inicialmente, os resultados referentes à análise descritiva indicaram que os conceitos relacionados aos instrumentos financeiros (contabilização, análise de sensibilidade e gestão de risco) são percebidos pelos contadores da amostra de ambos os países como complexos. Além disso, mudanças nas normas que regulam os instrumentos financeiros realizadas com objetivo de diminuir a complexidade (IFRS 9) ainda são percebidas pelos contadores de ambos os países como complexas.

Como desdobramentos para o dia a dia dos contadores, os resultados desta pesquisa reforçam a necessidade de treinamentos específicos sobre o assunto (instrumentos financeiros derivativos; elaboração de análise de sensibilidade; *disclosure* sobre gestão de riscos) para os profissionais que podem estar envolvidos com a temática, bem como para futuros profissionais, ressaltando, assim, a necessidade de se abordar o assunto nos cursos de

graduação em ciências contábeis. Ademais, os resultados sugerem que a certificação e a especialização nessa área podem representar um diferencial competitivo para a carreira profissional dos contadores, permitindo, assim, o aprofundamento nos conceitos que, em média, são percebidos como complexos.

Os testes realizados também indicaram que a percepção de complexidade varia entre os dois países da amostra, o que pode se relacionar com variações culturais e diferentes estágios de harmonização contábil (Carneiro et al., 2017; Zeff, 2007) e abre oportunidades para futuras pesquisas. Quanto à variável sobre atuação dos respondentes em empresas de auditoria classificadas entre Big Four, a relação observada foi contrária à esperada. Esse resultado foi interpretado à luz dos argumentos da literatura (Lopes & Rodrigues, 2007; Zango et al., 2015) de que os profissionais vinculados a essas empresas podem ter acesso a discussões mais atuais sobre o tema, o que afetaria sua percepção de complexidade sobre o assunto.

Os resultados deste estudo podem ser utilizados no planejamento de treinamentos específicos a serem oferecidos aos contadores e auditores que atuam no mercado, aprofundando os conceitos relacionados com instrumentos financeiros. Esses treinamentos talvez já estejam ocorrendo em elevado número, o que pode até mesmo estar refletido nos resultados, em que os contadores após maior treinamento sobre esse assunto

podem até passar a percebê-lo como mais complexo. A capacitação tem reflexos na eficiência da determinação de riscos no planejamento da auditoria, planejamento das metodologias e provas de auditorias a serem utilizadas para avaliar os riscos e oferecer maior apoio normativo às carteiras de clientes de auditoria.

O estudo permite identificar conceitos percebidos como complexos por profissionais que registram e certificam os relatórios financeiros. Ao considerar os custos de agência envolvidos na contratação de

maiores padrões, os resultados podem apoiar avaliações dos custos de implementação de treinamento dos conceitos. Adicionalmente, melhorias nas normas sobre instrumentos financeiros referentes à divulgação e outros requerimentos da IFRS 9 (Novotny-Farkas, 2016) podem ser implementados de melhor forma nas empresas, ao considerar a percepção de complexidade por parte dos contadores, podendo ter implicações nos resultados expostos por estudos anteriores desses países (Malaquias & Zambra, 2017).

REFERÊNCIAS

- Adznan, S., & Nelson, S. (2014). Financial instruments disclosure practices: Evidence from Malaysian listed firms. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 164(December), 62-67.
- Alali, F., & Romero, S. (2012). The use of the internet for corporate reporting in the Mercosur (southern common market): The Argentina case. *Advances in Accounting, Incorporating Advances in International Accounting*, 28(1), 157-167.
- Anderson, D., Sweeney, D., & Williams, T. (2002). *Estatística aplicada a administração e economia*. São Paulo, SP: Thomson Learning.
- Appiah, K., Awunyo-Vitor, D., Mireku, K., & Ahiagbah, C. (2016). Compliance with International Financial Reporting Standards: The case of listed firms in Ghana. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 14(1), 131-156.
- Arezki, R., Dumitrescu, E., & Frey, A. (2014). Commodity prices and exchange rate volatility: Lessons from South Africa's capital account liberalization. *Emerging Markets Review*, 19(1), 96-105.
- Birt, J., Rankin, M., & Song, C. (2013). Derivatives use and financial instrument disclosure in the extractives industry. *Accounting and Finance*, 53(1), 55-83.
- Bratten, B., Jennings, R., & Schwab, C. M. (2016). The accuracy of disclosures for complex estimates: Evidence from reported stock option fair values. *Accounting, Organizations and Society*, 52(1), 32-49.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (Vol. 4). New York, NY: Oxford University.
- Camfferman, K. (2015). The emergence of the 'incurred-loss' model for credit losses in IAS 39. *Accounting in Europe*, 12(1), 1-35.
- Carneiro, J., Rodrigues, L. L., & Craig, R. (2017). Assessing international accounting harmonization in Latin America. *Accounting Forum*, 41(3), 172-184.
- Chalmers, K., & Godfrey, J. (2004). Reputation costs: The impetus for voluntary derivative financial instrument reporting. *Accounting, Organizations and Society*, 29(1), 95-125.
- Chang, H., Donohoe, M., & Sougiannis, T. (2016). Do analysts understand the economic and reporting complexities of derivatives? *Journal of Accounting and Economics*, 61(2-3), 584-604.
- Choudhry, T. (2005). September 11 and time-varying beta of united states companies. *Applied Financial Economics*, 15(17), 1227-1242.
- Christensen, P., & Feltham, G. (2005). *Economics of Accounting. Performance Evaluation* (Vol. II). New York, NY: Springer.
- Comisión Chilena del Cobre. (2016). *Informe tendencia del mercado del cobre, tercer trimestre 2016*. Recuperado de <http://www.cochilco.cl>
- Consoni, S., Colauto, R. D., & Lima, G. A. S. F. (2017). A divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados contábeis: Evidências do mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(74), 249-263.
- Cooke, T. (1989). Disclosure in the corporate annual reports of Swedish companies. *Accounting and Business Research*, 19(74), 113-124.
- DiMaggio, J. P., & Powell, W. W. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.
- Dorminey, J. W., & Apostolou, B. (2012). Hedging derivatives in the banking industry: Evidence of investor confusion. *Research in Accounting Regulation*, 24(2), 65-73.
- Drakos, K. (2004). Terrorism-induced structural shifts in financial risk: Airline stocks in the aftermath of the September 11th terror attacks. *European Journal of Political Economy*, 20(2), 435-446.
- Dyer, T., Lang, M., & Stice-Lawrence, L. (2016). Do managers really guide through the fog? On the challenges in assessing the causes of voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 62(2-3), 270-276.
- Fields, T. D. (2001). Empirical research on Accounting choice. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 255-307.
- Gillan, S. L., & Panasian, C. A. (2014). On litigation risk and disclosure complexity: Evidence from Canadian firms cross-listed in the us. *The International Journal of Accounting*, 49(4), 426-454.
- Guay, W., Samuels, D., & Taylor, D. (2016). Guiding through the fog: Financial statement complexity and voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 62(2-3), 234-269.
- Hassan, M., Percy, M., & Stewart, J. D. (2006a). The value relevance of fair value disclosures in Australian firms in the extractive industries. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*, 2(1), 41-61.
- Hassan, M., Percy, M., & Stewart, J. D. (2006b). The transparency of derivative disclosures by Australian firms in the extractive industries. *Corporate Governance and Control*, 4(2), 257-270.

- Hassan, M., Saleh, N., & Rahman, M. (2008). Determinants of financial instruments disclosure quality among listed firms in Malaysia. SSRN. Recuperado de https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1157788
- Haushalter, G. D. (2000). Financing policy, basis risk, and corporate hedging: Evidence from oil and gas producers. *The Journal of Finance*, 55(1), 107-152.
- Heaney, R., & Winata, H. (2005). Use of derivatives by Australian companies. *Pacific-Basin Finance Journal*, 13(4), 411-430.
- Hodgdon, C., Tondkar, R. H., Adhikari, A., & Harless, D. W. (2009). Compliance with International Financial Reporting Standards and auditor choice: New evidence on the importance of the statutory audit. *The International Journal of Accounting*, 44(1), 33-55.
- Huang, Z., & Gao, S. (2014). The usefulness of derivative disclosures for investment decision-making: Perceptions of Chinese institutional investors. *Journal of Chinese Economic and Foreign Trade Studies*, 7(2), 173-192.
- International Accounting Standard Board. (2016a). *IFRS 9: Instruments Financial*. London: IFRSF Publications Department.
- International Accounting Standard Board. (2016b). *IAS 32: Instruments Financial: presentation*. London: IFRSF Publications Department.
- International Accounting Standard Board. (2016c). *IFRS 7: Financial Instruments: Disclosures*. London: IFRSF Publications Department.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- Kawaller, I. (2004). What analysts need to know about accounting for derivatives. *Financial Analysts Journal*, 60(2), 24-30.
- Khumawala, S., Ranasinghe, T., & Yan, C. J. (2016). Why hedge? Extent, nature, and determinants of derivative usage in U.S. municipalities. *Journal of Accounting and Public Policy*, 35(3), 303-325.
- Lawrence, A. (2013). Individual investors and financial disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 56(1), 130-147.
- Li, F. (2008). Annual report readability, current earnings, and earnings persistence. *Journal of Accounting and Economics*, 45(2-3), 221-247.
- Lievenbrück, M., & Schmid, T. (2014). Why do firms (not) hedge? - Novel evidence on cultural influence. *Journal of Corporate Finance*, 25, 92-106.
- Longstaff, F. (2010). The subprime credit crisis and contagion in financial markets. *Journal of Financial Economics*, 97(3), 436-450.
- Lopes, A. B., & Alencar, R. C. (2010). Disclosure and cost of equity capital in emerging markets: The Brazilian case. *The International Journal of Accounting*, 45(4), 443-464.
- Lopes, A., & Martins, E. (2005). *Teoria da contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo, SP: Atlas.
- Lopes, P., & Rodrigues, L. (2007). Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, 42(1), 25-56.
- Malaquias, R. F., & Lemes, S. (2013). Disclosure of financial instruments according to International Accounting Standards: empirical evidence from Brazilian companies. *Brazilian Business Review*, 10(3), 82-107.
- Malaquias, R. F., & Zambra, P. (2017). Disclosure of financial instruments: Practices and challenges of Latin American firms from the mining industry. *Research in International Business and Finance*, 45(C), 158-167.
- Mapurunga, P. V. R., Ponte, V. M. R., Coelho, A. C. D., & Meneses, A. F. (2011). Determinantes do nível de disclosure de instrumentos financeiros derivativos em firmas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 22(57), 263-278.
- Marín-Idárraga, D. A. (2013). La conformación del currículo en Administración: Un estudio desde el isomorfismo institucional. *Estudios Gerenciales*, 29(129), 466-475.
- Maroun, W., & Zijl, W. V. (2016). Isomorphism and resistance in implementing IFRS 10 and IFRS 12. *The British Accounting Review*, 48(2), 220-239.
- Melloni, G., Caglio, A., & Perego, P. (2017). Saying more with less? Disclosure conciseness, completeness and balance in Integrated Reports. *Journal of Accounting and Public Policy*, 36(3), 220-238.
- Mohammadi, A., & Mardini, G. (2016). Financial instruments disclosure: the case of Qatari listed banks. *Afro-Asian Journal of Finance and Accounting*, 6(2), 160-182.
- Navarro-García, J. C., & Bastida, F. (2010). An empirical insight on Spanish listed companies' perceptions of International Financial Reporting Standards. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 19(2), 110-120.
- Novotny-Farkas, Z. (2016). The interaction of the IFRS 9 expected loss approach with supervisory rules and implications for financial stability. *Accounting in Europe*, 13(2), 197-227.
- Nurunnabi, M. (2015). The impact of cultural factors on the implementation of global accounting standards (IFRS) in a developing country. *Advances in Accounting*, 31(1), 136-149.
- Prorokowski, L. (2013). Lessons from financial crisis contagion simulation in Europe. *Studies in Economics and Finance*, 30(2), 159-188.
- Santos, E. S., Ponte, V. M. R., & Mapurunga, P. V. R. (2014). Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. *Revista Contabilidade & Finanças*, 25(65), 161-176.
- Santos, J. G. C., & Coelho, A. C. (2018). Value-relevance do disclosure: fatores de gestão de riscos em firmas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(78), 390-404.
- Scott, W. (2009). *Financial accounting theory* (Vol. 5). Toronto: Pearson.
- Sunder, S. (2014). *Teoria da contabilidade e do controle*. São Paulo, SP: Atlas.
- Tahat, Y., Dunne, T., Fifield, S., & Power, D. (2016). The impact of IFRS 7 on the significance of financial instruments disclosure: Evidence from Jordan. *Accounting Research Journal*, 29(3), 241-273.
- Taylor, G., Tower, G., & Neilson, J. (2010). Corporate communication of financial risk. *Accounting and Finance*, 50(2), 417-446.

- Taylor, G., Tower, G., Van Der Zahn, M., & Neilson, J. (2008). Corporate governance determinants on Australian resource companies' financial instrument disclosure practices. *Asian Review of Accounting*, 16(1), 56-73.
- Tessema, A. (2016). Mandatory hedging disclosure and risk management activities: the impact of product market competition. *International Journal of Accounting & Information Management*, 24(1), 82-96.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180.
- Watts, J. D. (1992). Accounting choice theory and market-based research in accounting. *The British Accounting Review*, 24, 235-267.
- Yeager, T. (2011). Causes, consequences and cures of the subprime financial crisis. *Journal of Economics and Business*, 63(5), 345-348.
- Zango, A. G., Kamardin, H., & Ishak, R. (2015). Mandatory International Financial Reporting Standards 7 (IFRS 7) disclosure by listed banks in Nigeria. *Academic Journal of Interdisciplinary Studies*, 4(2), 435-440.
- Zeff, S. A. (2007). Some obstacles to global financial reporting comparability and convergence at a high level of quality. *The British Accounting Review*, 39(4), 290-302.
- Zhang, H. (2009). Effect of derivative accounting rules on corporate risk-management behavior. *Journal of Accounting and Economics*, 47(3), 244-264.

Apêndice A

Proxies para mensurar a complexidade percebida

As questões sobre complexidade foram avaliadas pelos respondentes com base na seguinte escala:

- (1) Discordo Fortemente;
- (2) Discordo;
- (3) Não Concordo nem Discordo;
- (4) Concordo;
- (5) Concordo Fortemente.

Derivativos

Der-1: Contabilizar Instrumentos Financeiros Derivativos é complexo.

Anál. Sensib. (análise de sensibilidade)

- AS-1: Elaborar uma análise de sensibilidade sobre o Risco de Crédito é complexo.
- AS-2: Elaborar uma análise de sensibilidade sobre o Risco de Taxa de Juros é complexo.
- AS-3: Elaborar uma análise de sensibilidade sobre o Risco de Taxa de Câmbio é complexo.
- AS-4: Elaborar uma análise de sensibilidade sobre o Risco de Liquidez é complexo.
- AS-5: Elaborar uma análise de sensibilidade sobre o Risco de Mercado é complexo.

Gestão de Risco

- GR-1: Evidenciar informações sobre Gestão de Risco é complexo.
- GR-2: Evidenciar informações sobre o Nível de Exposição ao Risco é complexo.
- GR-3: Evidenciar informações sobre Métodos Utilizados para Mensurar o Risco é complexo.

IFRS 9

- Cred-1: Mensurar Perdas com Crédito Incorridas é complexo.
- Cred-2: Calcular Perdas com Crédito Estimadas (IFRS 9) é complexo.
- Cred-3: Estimar o montante de exposição do Risco de Crédito é complexo.